

VAMOS CONSTRUIR A GREVE GERAL DO DIA 30 DE JUNHO!!

A justiça absolveu Temer, pois a classe dominante apostou em manter esse governo como a melhor via para aplicar as Reformas Trabalhista e da Previdência. Em meio a uma das crises políticas mais importantes das ultimas décadas e uma enorme instabilidade o governo tenta acelerar a tramitação das reformas para fazer com que sejam os trabalhadores que paguem o custo da crise.

A reforma trabalhista foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado mas ainda precisa passar por outras comissões antes de ir a votação no plenário e o governo avalia qual o melhor momento de

colocar em votação a Reforma da Previdência. Neste momento, mais do que nunca a classe trabalhadora precisa entrar com força total na cena política e derrotar as reformas através de uma greve geral ainda mais forte do que a do dia 28 de abril.

Na USP, os trabalhadores, estudantes e professores já paralisaram com força no dia 15 de março, no dia 28 de abril e fomos em uma caravana de centenas de pessoas para Brasília dia 24 de maio. Agora, vamos organizar reuniões em todas as unidades para PARAR TUDO NO DIA 30 DE JUNHO CONTRA AS REFORMAS E TEMER!!!

CAMPANHA SALARIAL: NÃO ACEITAREMOS O ARROCHO SALARIAL

Na assembleia geral realizada dia 13 de junho, os trabalhadores rejeitaram o 0% imposto pelo Cruesp e pelo Conselho Universitário! Apenas neste ano os trabalhadores e professores das três universidades estaduais paulistas acumularam uma perda de 9,6% nos seus salários. Não aceitaremos pagar a crise da Universidade com os nossos salários e os nossos direitos. Nossa campanha salarial continua e seguiremos nos mobilizando para exigir da reitoria e do Cruesp a reposição das nossas perdas salariais no segundo semestre. Vamos solicitar ao Fórum das Seis que encaminhe ofício ao Cruesp, exigindo a continuidade da negociação com todas as categorias.

SOMOS TODOS ZELITO!!!

A PM que se encontra dentro da Universidade de São Paul, veio a partir de um convênio firmado entre o reitor e o famigerado Alexandre de Moraes, que na época era Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo e atualmente se tornou Ministro do STF.

O convênio estabelecia um Projeto dentro da Universidade baseado no molde japonês, intitulado Koban, e foi amplamente divulgado tanto no meio universitário quanto para toda população de São Paulo, que viria com o intuito de coibir assaltos, roubos, estupros, etc, dentro da Universidade.

Outro ponto extremamente divulgado era que sua ação não seria no sentido de oprimir a atuação do movimento de trabalhadores e estudantes dentro da USP.

Neste ínterim temos observado que diferente do proposto, o índice de criminalidade na Universidade não diminuiu em nada.

Também diferente do que foi divulgado, quando da criação deste projeto nefasto, que trouxe a PM para o campus Universitário, a polícia, atualmente atendendo comando do Tenente Teles, tem agindo de forma truculenta, ameaçando sindicalistas e estudantes, inclusive dia 14/6, contra nosso companheiro ex diretor e militante do Sintusp, Zelito, que foi detido dentro do campus Butantã da Universidade.

Zelito é funcionário da USP e estava em horário de almoço, uniformizado, quando foi jogado no camburão e conduzido à 93 DP.

DEPARTAMENTO JURÍDICO INFORMA:

Processo Nº 02342001219895020048 – 048 Vara da Justiça do Trabalho

Este processo milionário que a USP deve aos trabalhadores (as) do HU é referente ao ano de 1989, cujo objeto é o Adicional de Insalubridade que não foi pago, mesmo os funcionários tendo direito, pois ganharam o processo e a universidade vem dificultando a formação de precatório, pois se nega a conceder dados à justiça, não informando o setor, a função de cada autor, bem como, não informa quem ainda está trabalhando e quem recebe o adicional de periculosidade ou de insalubridade. Este processo permaneceu nas mãos do perito judicial durante anos, sendo necessário o sindicato formalizar denuncia no CNJ – Conselho Nacional de Justiça. Aliás, a Universidade sempre administrou muito mal as Normas Regulamentadoras de Higiene e Saúde do Trabalhador, por isso vem trazendo prejuízo aos funcionários e à universidade, como ocorre agora com o Acordo Coletivo de Banco de Horas, que aceita o trabalho além da Jornada de Trabalho e a compensação de horas positivas e negativas no Hospital Universitário, mas não está aceitando para os demais funcionários da universidade que ganham o adicional de insalubridade, mesmo com o Acordo Coletivo. “Dois pesos e duas medidas”.

Iremos aguardar a decisão do Juiz nesta nova etapa do processo e dependendo do resultado o jeito será elaborar nova denuncia no Conselho Nacional de Justiça.

ATENÇÃO FUNCIONÁRIOS QUE RECEBEM O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Durante anos os funcionários que recebem o Adicional de Insalubridade realizaram horas extras, gozaram pontes de feriados e recessos, sem nunca terem ouvido que isto era proibido, ou seja, ilegal. Para muitos funcionários, inclusive as horas extras nunca foram pagas e sempre compensaram e outros ainda possuem horas positivas e negativas à serem compensadas, resultados antes da assinatura do Acordo Coletivo.

Acontece que agora a reitoria PROÍBE as compensações e o gozo das pontes de feriados á estes trabalhadores, mesmo aqueles que as chefias fazendo as suas interpretações errôneas sobre o Acordo Coletivo, obrigaram funcionários à compensarem antes do feriado de 16/06 e agora dizem que não podem gozar o feriado e devem vir trabalhar.

São cinco mil os trabalhadores na USP nesta situação.

O Departamento Jurídico do Sindicato informa aos interessados que recebem o adicional de insalubridade e sempre foram obrigados a trabalharem na dita “ilegalidade” e agora são prejudicados pela reitoria em não dar solução á questão diante do Acordo Coletivo, procurar o sindicato para entrar com ação judicial cobrando as horas positivas e as horas compensadas, antes do Acordo Coletivo.

Documentos necessários: Carteira Profissional (Foto, Qualificação Profissional e Contrato com a Universidade) RG, CPF, Comprovante de Endereço, os três últimos holerites, bem como, todos os comprovantes de horas além da Jornada de Trabalho na Unidade e compensações de horas. Será necessário apresentar três testemunhas: nome, RG e endereço.

CONTRA QUALQUER AÇÃO POLICIAL CONTRA TRABALHADORES!!!



Neste domingo, 18 de junho, ocorreu mais uma edição da Parada Gay na Av. Paulista. A Secretaria de LGBT para além de convocar amplamente a atividade também esteve presente, representando toda categoria.

O boletim veiculado eletronicamente na quarta [14], trazia em seu verso a convocação da atividade e continha o título **PELA GREVE GERAL NA PARADA GAY**.



REINTEGRAÇÃO DE BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!